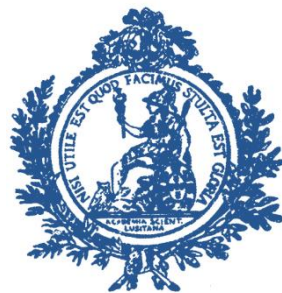


Aires A. Nascimento

**“DITOSA PÁTRIA QUE TAL FILHO TEVE”:
A VOZ DE CAMÕES POR NUN’ÁLVARES PEREIRA**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS

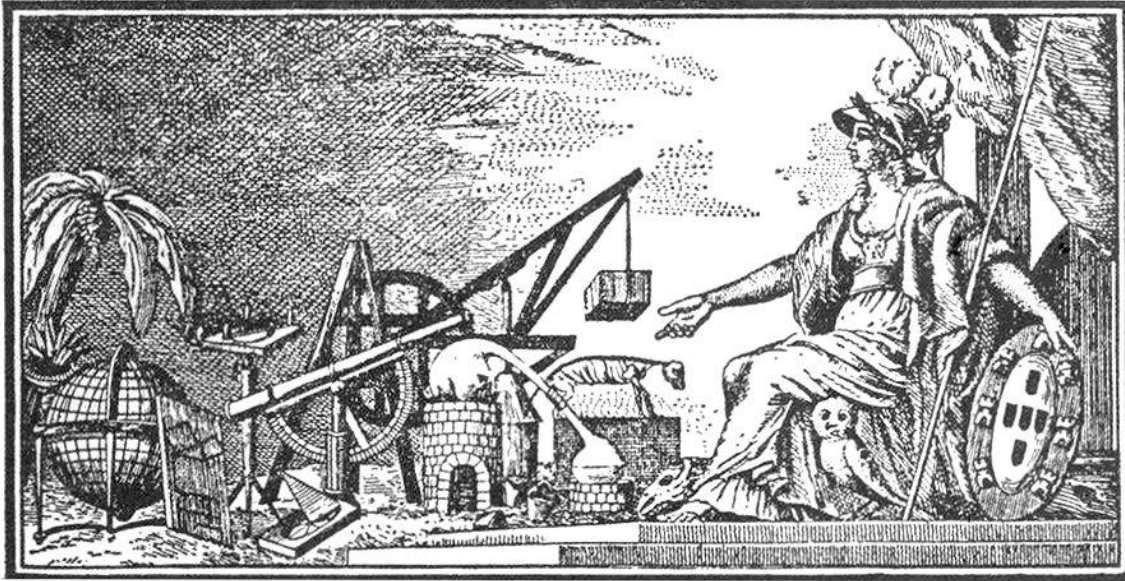
Aires A. Nascimento

**“DITOSA PÁTRIA QUE TAL FILHO TEVE”:
A VOZ DE CAMÕES POR NUN’ÁLVARES PEREIRA**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS



**“Ditosa pátria que tal filho teve”:
a voz de Camões por Nun’Álvares Pereira**

Aires A. Nascimento

A canonização de Nuno de Santa Maria pelo Papa Bento XVI, em 26 de Abril do corrente ano de 2010, e a comemoração de mais um dia de Camões, levaram-me a reflectir sobre o lugar do herói português n’*Os Lusíadas*. A surpresa dos resultados da análise não será maior para quem me ouvir ou ler que para mim próprio, que nunca tinha advertido no lugar estruturante que a figura de Nun’Álvares Pereira ocupa na epopeia camoniana. Personalidades bem mais conhecedoras, por a análise do poema fazer parte dos seus programas de trabalho (ensino e investigação), deixaram-me a boa hipótese de não estar a entusiasmar-me com alguma miragem que tivesse imaginado e se sobrepusesse à construção camoniana.

“Ditosa pátria que tal filho teve”! A expressão poderia ser de epigrama, mas é de poema épico, pertence a Camões e sintetiza a admiração e o respeito de um povo inteiro pela figura de Dom Nun’Álvares Pereira (VIII, 28-32). O contexto em que ocorre tal expressão é por demais significativo para necessariamente merecer a atenção de quem lê *Os Lusíadas* e procura apreender o processo da sua construção para melhor seguir as intenções que subjazem à sua estrutura.

O enunciado é atribuído a Paulo da Gama e é colocado em momento de solene apresentação da “realidade” portuguesa perante o Catual, que acabara de ser enviado pelo Samorim às naus portuguesas fundeadas ao largo da cidade de Calecute, com o fim de indagar da identidade dos navegadores que chegavam à Índia, vindos de parte desconhecida.

Na sequência dos factos narrados e supostos, Vasco da Gama deslocara-se ao palácio do Samorim para negociar um pacto de cooperação, mas o hindu, desiludido com a insignificância dos presentes e desinteressado da escassa qualidade das mercadorias que o capitão lhe propõe, desconfia das palavras de apresentação e das intenções por elas manifestadas. Aliás, o rajá não se considera também instruído com o testemunho genérico dado pelo mouro Monçaide que, colhido em Melinde, parecia conluiado com os estrangeiros, de quem se diz conhecedor por ser originário das partes ocidentais e estar ao corrente da fama que corria sobre os portugueses, particularmente da sua bravura em combater os inimigos. Em atitude inopinada, o Samorim manda o Catual inteirar-se do que há nas naus que, cautamente, mas em decisão passível de outro juízo, haviam ficado ao largo, sem entrar no porto¹.

A estratégia do Samorim pretende surpreender e esconde segundas intenções, mas o aproveitamento do episódio serve, em construção épica, para revelar a identidade de um povo que se orgulha de uma história construída ao longo de séculos, por entre ameaças alheias. Literariamente, adequa-se tal episódio ao desvendamento do que subjaz à razão do poema épico (a heroicidade de acções que se prolongam por séculos) e presta-se a inculcar uma mensagem particular, qual é a da novidade do encontro de dois povos culturalmente diferentes, sublinhando com isso as contingências da descoberta de povos longínquos, mas proporcionando também ocasião para afirmar a possibilidade de, por entre diferenças, construir uma nova experiência histórica².

¹ Não faltam obras que instruem sobre os factos históricos; aqui interessa-nos a construção camoniana. Para discussão de dados concretos, cf. Sanjay Subrahmanyam, *The career and legend of Vasco da Gama*, Cambridge University Press, 1997; Luís de Albuquerque (coord.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Caminho, 1994; Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994; Luís de Albuquerque, *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Vega, 1979; José Pedro Machado & Viriato Campos, *Vasco da Gama e a sua viagem de descobrimento*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1969; Jaime Cortesão, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, 1960-1962, 2 vols.

² Não pretendemos aqui sublinhar as diferenças e as novidades que tudo isso representa relativamente a poemas que servem de modelo ao nosso épico: se tem ele presente a chegada de Eneias a Cartago, onde rememora os acontecimentos em que esteve envolvido porque outros

A chegada de um grupo desconhecido ao porto de destino, provoca natural desconfiança, mas não tem que gerar aversões e animosidades, tanto mais que, pela tradição dos povos, o estrangeiro deve ser respeitado, por ter por ele a protecção dos deuses; porém, a ambivalência dos sinais, mesmo quando enviados pela divindade, constitui interpelação e desafio à inteligência e compromete os intervenientes da acção a buscarem os meios de entendimento: sem concessões imprudentes e sem desconfianças extremadas, a colaboração deverá passar por pactos entre iguais, em que a recta intenção tem de ser presumida, declarada e sustentada.

O canto épico (que assenta na acção dos heróis em favor de um povo e no louvor colectivo que este lhes dedica) tem de particular que deixa para segundo plano as conveniências pragmáticas, nomeadamente as de âmbito comercial; todavia, não tem que as menosprezar e pode fazer delas razão de empenhamento mútuo em acções comuns. O encontro realizado com desconhecidos, quando orientado por perspectivas comuns, ganha tanto mais relevo quanto a representatividade de dois povos implica a superação do desconhecimento que a distância explica.

Na gesta de chegada dos Portugueses à Índia, cantada por Camões, há toda a superação heróica das vicissitudes marítimas, mas também o confronto com a ambiguidade da força humana³ e bem assim, ao menos, em registo camoniano, a determinação de assentar novos feitos e conhecimento que ultrapassem os antigos; em plano literário, fica aberto caminho para a afirmação de intenções destinadas à celebração de um pacto de civilizações que, no caso e na proposta assumida pelo poema épico de *Os Lusíadas*, põe lado a lado dois mundos diferentes numa idealização utópica de experimentar o que de melhor, de uma parte e doutra, se fez na história.

O deslumbramento dos navegantes perante um Oriente sonhado e feérico tem em si mesmo a sua recompensa, pois cumpre o sonho que impulsionava a acção; todavia, para que o esforço não seja vão, na perspectiva camoniana, esse deslumbramento mergulha na espessura da memória histórica que esses mesmos navegantes transportam consigo. Essa memória tem componentes negativas e positivas: está a condição humana condenada a defrontar-se com a guerra (disso têm experiência todos os heróis do poema épico e não escapam à tentação de lhe dar continuidade; cf. IV, 48), mas essa mesma condição humana aspira sobretudo a ser regida pela Harmonia e por isso a essa alegoria / transposição reserva o poeta o final do poema, quando, pela mão

contribuíram para que a “muda poesia” já o tivesse precedido nas paredes no templo a que é conduzido, não terá menos presente o relato feito em terra estranha por Ulisses.

³ A guerra é circunstância que parece inevitável na história humana, embora abominável (cf. IV, 44: “Alguns vão maldizendo e blasfemando / Do primeiro que a guerra fez no mundo; / Outros a sede dura vão culpando / Do peito cobiçoso e sitibundo, / Que, por tomar o alheio, o miserando / Povo aventura às penas do Profundo”). Quem se presta a ela, só com esforço a ela não se rende (Cf. IV, 48: “Não sofre o peito forte, usado à guerra, / Não ter immigo já a quem faça dano”).

de Téthys (deusa do mar e esposa de Oceano) e em nome da “Sapiência suprema” (X, 75 e ss.), levar o seu herói a contemplar a “Máquina do Mundo” (X, 80, 1).

Porém, no episódio concreto da chegada à Índia, Vasco da Gama e o Samorim de Calecute representam dois mundos em que estão suspensos conflitos, até pelo desconhecimento mútuo. Será possível a superação desses conflitos: um dos antagonistas tudo procura para relançar o seu tempo histórico e por isso abre as portas da Memória; o outro guarda a reserva de quem nada procura, mas, ao sentir-se interpelado e, mesmo que lhe interesse declaradamente descortinar a sinceridade de quem o demanda, dá ocasião a que o **estrangeiro revele a sua identidade**. Este, por seu lado, tem nisso momento privilegiado para recuperar a **memória** e sobretudo para a purificar, de forma a obter o que de melhor retém, como modo de fazer acreditar a proposta de pacto para uma história futura.

*

Nesta recuperação da história, feita em forma sintética (de concentração no tempo narrativo) e em modo épico (de tom grandioso e grandiloquo), importará atender às **figuras evocadas**, ao lugar que elas ocupam na economia do poema, ao modo de encarecimento e aos dados retidos para as retratar.

As figuras históricas são as referências fundamentais da memória; as bandeiras, que exornam a nau capitaina, são instrumento dessa memória para um cenário em que o processo literário, sendo inventivo, pressupõe coerência com o que se pretende celebrar; as figuras e as gestas dos heróis pintadas nessas bandeiras são “muda poesia” (VII, 76, 8) que, remetendo para a memória, a tornam presente e activa, em momento de viragem da história como acto de reconhecimento do valor colectivo e afirmação do comprometimento com novas gestas. Assim, transforma-se uma viagem de interesses económicos e / ou militares em acto significativo que relança a história de um povo na história universal.

A forma específica de cada uma dessas figuras e a diferença de tratamento delas são factores que não podem ser indiferentes à análise. Interessa-nos perceber uma dessas figuras, a de **Dom Nuno**. A sua singularidade vem tanto dos traços directos que a compõem e a tornam distintiva, como do modo como é evocada na complementaridade com as outras.

*

Venhamos ao texto camoniano. Abre-se nele uma lição de história que define o carácter dos portugueses e dá ao estrangeiro razão para julgar das vantagens de acordos de paz e de comércio (que nisso estavam assumidamente comprometidos os Portugueses, por iniciativa do próprio iniciador dos Descobrimentos⁴).

⁴ Veja-se como se evoluiu nos contactos com os outros povos, no relato feito por Diogo Gomes de Sintra, *Descobrimento primeiro da Guiné – De prima inuentione Guinee* (Manuscrito de Valentim

Ao receber o Catual, é preocupação do comandante português (aliás, precavido pela retenção do seu capitão) encarecer os motivos que possam tornar favorável o juízo do senhor daquela terra.

A sequência narrativa constrói um cenário em que os “purpúreos toldos” e as bandeiras de seda se desfraldam para a recepção festiva e se abrem mostrando “pintadas as guerreiras / obras que o forte braço já fizera” (VII, 74). A “muda poesia” precisa de intérprete e essa função é entregue a Paulo da Gama. As figuras vão sendo objecto de admiração.

A primeira é a de Luso: “no traje a grega usança perfeita” e com “um ramo, por insígnia, na direita”, em traje e figura de ancião de “aspeito venerando”. A matéria épica é demasiado alta, pois o tempo é tocado pela distância e atinge a esfera sagrada da Memória; o poeta impõe-se, por isso, a suspensão da narrativa para invocar os favores das Musas e as Camenas sob o nome de Ninfas do Tejo e do Mondego, com isso assinalando a solenidade do que vai descrever (VII, 78-87). Ora, esse tempo de suspensão da narrativa serve para deixar entrever, na distância, o carácter excepcional dos tempos maior da terra lusitana e dos seus heróis: Luso, Ulisses, Viriato, Suetónio são individualidades que, efectivamente, remetem para momentos remotos; servem para delimitar uma fronteira (com os Deuses e com os Antigos) e anunciam o porvir a que dão origem: por isso não se detém nelas o capitão, sendo o enunciado assertivo e breve. É breve também a contemplação das figuras dos “reis primeiros” e dos heróis que os acompanham ou prolongam; excepção é Afonso Henriques que preenche o espaço de três estrofes, a primeira das quais é artifício retórico de ampliação do interesse posto nela por parte do Catual que, em forma interrogativa, exprime a sua surpresa pela abundância de acções bélicas que a bandeira sugere.

Por contraste, impressiona a demora consagrada à figura de Dom Nuno e a insistência nos predicados que concita a sua gesta militar. No conjunto do poema, é fero (audaz) / forte / verdadeiro açoite dos soberbos castelhanos / sábio capitão / capitão invencível / novo Cipião / merecedor da fama que lhe é concedida.

Fernandes): edição crítica, tradução, notas de comentário por Aires A. Nascimento, Lisboa, Ed. Colibri, 2002. Nas circunstâncias do poema, por ausência do capitão da armada, retido no palácio senhorial, compete a seu irmão, Paulo da Gama, responder à inquirição do enviado pelo Samorim e acolher o Catual que vem não apenas “desejoso / de poder-se informar da gente nova” (VII, 67, 3-4), mas disposto a escrutinar “a frota, as armas e a maneira / Do fundido metal que tudo rende” (VII, 72, 4-6). A operação escrutinadora que o Catual vem executar não estava prevista; na antecipação que literariamente se monta, previra-se o cenário das bandeiras que exornam a nau capitaina e que, diferindo e anulando o escrutínio, espicaçam a curiosidade de quem se considera com direito a tudo observar, com reserva mental de quem não revela as intenções.

No discurso de Paulo da Gama, são cinco as estrofes que lhe são dedicadas e a cadência de verbos de chamada de atenção marca o interesse em acentuar as suas qualidades perante o interlocutor e salienta igualmente o envolvimento do próprio narrador no enunciado de tais qualidades. Não é o espanto da representação que deve prender o olhar de quem analisa, pois o valor de significado está no que se enuncia e se marca:

“Atenta num que a fama tanto estende
Que de nenhum passado se contenta,
Que a pátria, que de um fraco fio pende,
Sobre seus duros ombros a sustenta”. (VIII, 28, 1-4)

Em enunciado simples, quer o poeta dizer que Dom Nuno sobrepuja toda a fama e toda a glória dos antepassados; a razão é proporcional ao mérito: quando a independência da pátria estava presa por um fio ténue, tomara ele sobre si a tarefa hercúlea de tudo assumir sobre seus ombros – a imagem remete necessariamente para Hércules que, traído por Atlas quando dele se aproximou para saber do paradeiro das Hespérides, aceitou tomar a seus ombros o globo terráqueo.

Nos versos e estrofes que se seguem (VIII, 28, 5-8; 29-31), desenha-se um herói de muitas e altas **qualidades** de chefe: determinante para joeirar os duvidosos da sorte, capaz de incutir confiança aos cépticos, é decisiva a sua intervenção para designar um rei que, sendo natural da própria terra, desse aos seus conaturais razões para excluir um estrangeiro; por seu conselho e ousadia, com os olhos postos em Deus, dá cumprimento ao que “impossível parecia”; lutando contra “o povo ingente” dos inimigos, por “indústria, esforço e valentia”, consegue sucessivas vitórias, cada qual a mais “clara e bela”; no campo de batalha dá prioridade à devoção, pois, “orando, invoca a suma e trina Trindade” e assim encontra a hora mais propícia para o combate, por tal modo que, uma vez retemperada “em Deus a segurança da vitória”, a luta, tornada inevitável pela parte contrária, tem garantia de êxito na confiança com que é aceite e acometida.

Na obediência à técnica narrativa mais consumada, não é suficiente a ostentação das qualidades. Segue-se por isso a **enumeração das façanhas**; só depois surge o **nome do herói**, para que mais desejado se torne a sua revelação: não a faz, porém, o narrador sem que antecipe uma figura maior com a qual se irmana e a quem supera:

“Se quem com tanto esforço em Deus se atreve
Ouvir quiseses como se nomeia,
Português Cipião chamar-se deve;
Mas mais de Dom Nuno Álvares se arreia.” (VIII, 32, 1-4)

Ou seja (interpretamos): poderia parecer temerário colocar em Deus a confiança em circunstâncias duvidosas e eriçadas das maiores dificuldades; um homem houve na história da terra portuguesa que ousou fazê-lo e não ficou frustrado nas suas expectativas; cabe-lhe por inteiro o nome de Cipião, o Africano, que, em circunstâncias difíceis, ousou incutir confiança aos seus e enfrentar os inimigos da pátria; não ficando atrás do herói romano, Dom Nuno superou-o e pode ter orgulho de ostentar um nome singular – Nuno Álvares, na sua estratégia, combinava perspicácia, confiança nos seus, valentia militar e santidade exímia, pois, nas suas acções, dava a Deus a primazia, daí retirando coragem e serenidade.

Continua o canto épico a acentuar os méritos do seu herói preferido e chegamos ao enunciado de onde partíramos para reaver o sentido da sequência:

“Ditosa pátria que tal filho teve!
Mas antes, pai; que enquanto o Sol rodeia
Este globo de Ceres e Neptuno
Sempre suspirará por tal aluno.” (VIII, 32, 5-8)

O simples e o erudito combinam-se nestes versos para encher de luminosidade e emoção a lembrança do herói: foi ele digno filho da sua terra; mas, mais do que isso, por tudo quanto fez, pela liberdade por que lutou, pela defesa que montou e pelas orientações que criou, merece ser apontado como verdadeiro pai da pátria e por isso sempre ela o lembrará e há-de desejar. “Ditosa pátria que tal filho teve”! O verso traz-nos de pronto à memória um outro do mesmo poema: “Esta é a ditosa pátria minha amada”! (III.21) Ditosos são outros (11 são as ocorrências do adjectivo em todo o poema), mas este de forma mais sublime, pois tem o condão de tornar ditosa a pátria que lhe deu berço.

*

Se do conteúdo passarmos ao estudo da forma, não é menor a nossa surpresa pelo modo como o poeta processa o seu discurso neste passo excepcional. Tão envolvido está o narrador no que conta que não prescinde de solicitar vezes sucessivas a atenção

do interlocutor: “atenta / não vês / olha / vês / não vês / vê-lo / olha” são formas verbais que apelam para o sentido da vista (mais envolvente que o do ouvido, a que se dirige a palavra – já o sabíamos desde Aristóteles, mas ganhara novos interesses com a dinâmica dos Descobrimentos⁵ e pressupõe uma disponibilidade nova para atender à novidade quer da natureza quer das culturas dos outros povos.

A cadência formada por esses apelos não é a esmo, mas regular (de 4 em 4 versos, dividindo a oitava em duas semi-estrofes). Na forma, o enunciado alterna, mas o contraste da frase afirmativa com a negativa confere maior intensidade à interpelação.

Percebe-se a intenção deste jogo formal: fazer com que seja proposta explicação pela palavra de elementos que porventura não tivessem sido notados e muito menos entendidos na “muda poesia” (ou seja, na representação das bandeiras) é forma hábil de prender quem solicita esclarecimentos e ter autoridade para enunciar virtudes; é também modo subtil de emocionar pela intensidade posta na sequência construída em favor do herói.

Não nos pode passar despercebido que, na economia do poema, não é tanto a personagem do Catual que se pretende cativar, mas sim a do leitor / ouvinte do enunciado épico: mais que o Catual é o homem português quem é interpelado para atender à figura singular de Dom Nuno que se apresenta sem igual na história pátria.

Atentando na forma, importa aprofundar o significado deste trecho que faz parte de um episódio que vem já do canto anterior e se alarga por um canto inteiro. Analise-se a estrutura sintáctica do período inicial deste passo. Pode parecer descuidada pela abundância de “que”, mas, atendendo à sua função, somos levados a ver consagrada a virtuosidade do poeta que retém a atenção pela polivalência de uma mesma forma: o “que” relativo passa a “que” consecutivo e chega a “que” causal até regressar a novo “que” relativo – a caracterização é assim afirmada e motivada.

Por sua vez, os lexemas das palavras mais significativas enunciam traços que se sucedem aparentemente sem um cume específico, porque todas elas procedem da vida quotidiana, mas a ordenação na sequência serve o jogo da memória e contribui para compor uma figura hercúlea: são menos estáticos do que aparentam os substantivos “fama – passado – pátria – fio – ombros”; são altamente tensos os significados dos verbos “estende – contenta – pende – sustenta”; o equilíbrio do passado fora rompido ou estava em risco de desmoronar: o novo herói não se limita a salvar o passado, mas satisfaz às exigências que o respeito por esse passado reclamava e dá-lhe o alento necessário para repor esse equilíbrio com maior vigor. Em linguagem e em concordância com Fernão Lopes podemos asseverar que Dom Nuno é o novo herói

⁵ Maria Adelaide Godinho Arala Chaves, *Formas de pensamento em Portugal no século XV – Esboço de análise a partir de representações de paisagem nas fontes literárias*, Lisboa: Livros Horizonte, s.d. [1975].

que prepara uma sétima idade que será iniciada pela “íclita geração, altos Infantes” (IV, 50) e atinge o seu cumprimento na gesta da Índia⁶.

Atendamos a uma estrutura maior. O número de estrofes (cinco) e de versos (quarenta) é numericamente largo; é, no entanto, a cadência formada pela variação das estrofes consagradas às diversas figuras que nos chama mais a atenção, pois, analisada em perspectiva de proporção, alcança um crescendo e gradação que nos parece portadora de significação particular e com relevo marcado para a figura de Nun’Álvares; não será certamente casual que o número de estrofes consagrado à maior parte das personagens seja de uma estrofe, enquanto para a figura de Afonso Henriques é de três e para a de Nun’Álvares lhe são reservadas cinco; sem forçar o esquema, advertimos no desenho de uma sequência que, analisada em perspectiva de proporção, alcança a expressão do número áureo (3, 5 x 8 – este, número de versos por cada estrofe); ora, se aplicarmos a este registo a sequência dos números irracionais enunciada pelo matemático Leonardo Fibonacci (1, [2], 3, 5, 8) como expressão da “divina proporção”, estaremos perante forma de projecção de estrutura relevante. Acresce também que o número de vezes que a figura de Dom Nuno é mencionado na economia do poema, em distribuição que o abrange num horizonte largo e compreensivo tem uma cadência: nada menos que nos cantos I, IV, VIII.

Com tudo isto, teremos legitimidade para reconhecer uma intenção de apontar para uma figura heróica de excelência máxima.

No modo de atender a essa figura fica construída uma mensagem e talvez na sua aceitação tenhamos condições para perceber tanto a estrutura épica do poema em si como os nódulos fundamentais dessa mesma estrutura e o valor estruturante do próprio episódio.

*

Em termos simples, é evidente que o poeta enuncia a grandeza da pátria através das figuras principais; ora, na apresentação pública que delas Camões faz, a figura de Nun’Álvares tem um relevo singular: para um estrangeiro seria indiferente que outro tivesse o seu lugar, mas não assim para o poeta que procura expressar a memória e verdade da história da sua pátria. Por Nuno é ditosa a pátria; ditosos são todos aqueles que nessa figura se louvam e se revêem!

Abrindo mais o horizonte do poema, importará reconhecer que outras vezes o nome e a figura de Nun’Álvares são trazidos à memória no poema camoniano. Perceberemos agora melhor por que razão o seu nome é o primeiro a ser evocado perante o monarca português, logo na dedicatória do poema ou também por que nessa

⁶ Fernão Lopes vê a sétima idade abrir com a geração de Avis; o cronista não podia, ao tempo, prever a chegada à Índia que Camões coloca como momento decisivo; quando as caravelas partem do Tejo, “O Mundo, que co tempo se consume / Na sexta idade andava, enfermo e lento”.

evocação se perverte a ordem cronológica na menção dessas figuras, quando se promete um canto em que as façanhas singulares dos heróis pátrios serão celebradas. Trazê-la à cabeça da evocação é apontar-lhe singularidade. Atendamos aos versos do épico:

“Ouvi: que não vereis com vãs façanhas,
Fantásticas, fingidas, mentirosas,
Louvar os vossos, como nas estranhas
Musas, de engrandecer-se desejosas:
As verdadeiras vossas são tamanhas,
Que excedem as sonhadas, fabulosas,
Que excedem Rodamonte e o vão Rugeiro,
E Orlando, inda que fora verdadeiro.

“Por estes vos darei **um Nuno fero**,
Que fez ao Rei e ao Reino tal serviço,
Um Egas e um Dom Fuas, que de Homero
A cítara para eles só cobiço” (I, 11-12, 1-4).

Pela verdade e contra a fábula situa o poeta o seu “fingimento épico” para enobrecer quem à fraqueza não cedeu; dentre todos destaca-se “Nuno fero” (entenda-se o adjectivo com o valor de “intrépido”).

Outra situação particularmente marcante traz à liça a memória de Nun’Álvares. No discurso de apresentação da sua terra e das suas gentes ao rei de Melinde pelo próprio capitão da armada, Vasco da Gama, a essa mesma personagem o épico entrega o discurso fundamental e a atitude desassombrada que decide os temerosos perante o poder estranho que avança sobre a terra portuguesa (IV, 15-19); nele, “grão Pereira”, se ergue a força na luta contra “os immigos” que “recrecem sobre a sua pouca gente” (IV, 31 ss.), pois, “Nuno (...) como sábio capitão / tudo corria e via e a todos dava, / com presença e palavras, coração”. Não seria “facundo” o herói, mas a ele pertenciam as melhores provas de lealdade e de destemor, de perspicácia e afoiteza.

Para quem conheça a análise ímpar da figura de Dom Nuno na *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes feita por um dos melhores conhecedores do texto que é William

James Entwistle reconhecerá na figura do mesmo Dom Nuno traçada por Camões os traços fundamentais de um chefe que se faz notar pelas suas qualidades superiores⁷.

Não hesitamos em conceder que a análise ímpar de W. J. Entwistle descobre em Dom Nuno qualidades raras de estrategista consumado e de herói de humanidade serena e compreensiva, racional, não subordinado a estratégias de destruição, estrénuo e cordial pelo que compreende e pelo que reparte: intuiu com precisão a vontade do povo a quem servia como cavaleiro dedicado ao seu rei; aprendeu depressa a lição dada pelos mestres ingleses ao exército português; a sua inteligência levou-o a perceber as vantagens das acções de movimento (e não de cerco), a sua lucidez deu confiança a quem o seguia, a sua firmeza deu coesão a homens que não tinham sido preparados para qualquer acção militar e evitou dispersões ou invejas; a sua capacidade de decisão rápida, aproveitando ao máximo os meios disponíveis, no terreno mais adequado (como em Aljubarrota), permitiu-lhe sair vencedor em momentos dos quais seria de esperar outro resultado; por sentido de humanidade, renunciou a planos formados (como foi o de ir a Santa Maria de Guadalupe em romaria), pois (assegura Fernão Lopes) “lhe disseram que era forçado de suas gentes fazerem dano naquela terra; e por este azo se tornou atrás”; sem hesitar, no entanto, impôs a sua vontade quando as indecisões dos medrosos comprometiam o que não podia ser adiado e fez com que o rei, recém-eleito, não se fosse para Inglaterra, em nau já preparada (e a pretexto que aí podia evitar ser capturado pelo inimigo). A oração a que se entregava em batalhas não era gesto supersticioso, mas contenção de espírito e vibração da consciência perante um dever que sentia vindo do Alto; com ela reafirmava as suas convicções e retemperava energias de reserva, ao mesmo tempo que, como em Valverde, dilatava o olhar sobre o terreno para melhor entender as posições estratégicas, arriscando com objectivo calculado e em momento mais propício.

*

Quanto às suas virtudes “naturais, morais e teológicas”, para vertermos em linguagem mais inteligível para hoje os termos do próprio rei D. Duarte, bastará remeter para o sermão composto por este rei no *Sumário que o Infante [D. Duarte] deu a Mestre Francisco pera pregar do Condestabre Dom Nuno Alvarez Pereyra*, ou ler o capítulo final da *Crónica de D. João I*. Para sermos breves, aceitemos por todos dois parágrafos que aí colhemos, pois Fernão Lopes uma vez mais é insuperável:

“E por em se escrepve delle que foy grande e forte muro, segundo braço da defenssom do reino. Assim que com gram voontade diziam delle depois os

⁷ William James Entwistle, “Nun’ Álvares e a defesa de Portugal”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. 2. Lisboa, 1949, pp. 164-178. O texto foi inicialmente conferência pronunciada em 1941, em tempos de plena Guerra Mundial.

povos que nenhuũ podera seer emlegido a semelhante honrra de que tantos proveitos vehessem ao reino e a alteza reall como deste.

Como a estrella da manhã foi claro em sua geeraçom, sendo de honesta vida e homrosos feitos, no quall parecia que relluziam os avisados costumes dos antiigos e grandes varoões.”

Não leu Camões por certo ao rei D. Duarte no seu *Livro dos Conselhos*, pois este ficou nos escrínios familiares; leu certamente a Fernão Lopes: porventura não há coincidência nas palavras, mas há convergência no juízo por eles feito quanto à personalidade de Dom Nuno.

*

Efectivamente, que Camões coloque a figura de Dom Nuno nos cantos I, IV, VIII, merece atenção. São cantos charneira da narrativa épica, dão-lhe travejamento e sustentam a estrutura da memória histórica a que dão consistência. Não pode senão significar o preito de homenagem épico à “estrela da manhã” que mais que todos os heróis portugueses merece as honras de quem interpreta o sentido da Memória da colectividade a que pertence. Com ele proclamamos “Ditosa pátria que tal filho teve. / Mas antes, Pai!”

Terá o épico sido condicionado por outros para este encarecimento – especificamente pela Casa de Bragança, que, ao longo do séc. XVI se ocuparia em resgatar um prestígio posto em causa? O tema é melindroso, mas não nos parece que alguém o queira assumir numa tradição que esquadrinhou o poema à exaustão; na própria Casa de Bragança, possivelmente, D. Jaime terá querido que Juan Fernández passasse para latim a *Crónica do Condestável*; no entanto, não conhecemos documento que nos informe de que o seu filho, D. Teotónio, arcebispo de Évora, cuja formação teológica e espiritual passou por Roma, tenha assumido qualquer acto em favor de Nuno Álvares, nomeadamente da sua canonização. A promoção da edição de 1526 é certamente iniciativa da Casa de Bragança; porém, essa iniciativa não condicionava ninguém; D. João III acompanhou, no Carmo, a mudança do mausoléu do lado da epístola para o lado do evangelho, mas não lhe conhecemos qualquer outro gesto relativo à manipulação da memória quanto a D. Nuno. Por nossa parte, não conseguimos ver o poeta Camões em concessões condicionantes do seu génio. Sem condicionantes, declara ele: *Ditosa pátria que tal filho tem!* E, como que voltando sobre si, recupera como protector e pai quem lhe é infunde confiança e dilata a alma!

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 9 de Julho de 2009)